



LEI Nº 1.774/2024

EMENTA: Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal do Idoso e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, Prefeita Constitucional do Município de Canhotinho, Estado de Pernambuco, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO

Art. 1º. Fica criado o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Canhotinho-PE.

Art. 2º. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Direitos do Idoso:

I – recursos provenientes de órgão da União ou do Estados vinculados a Política Nacional do Idoso;

II – transferências do Município;

III – as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas e jurídicas;

IV - rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V – as advindas de acordo e convênios;

VI - outras.

Art. 3º. O Fundo Municipal do Idoso ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades pelo Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

§1º Será aberta conta bancária específica em instituição oficial, sob a denominação de “Fundo Municipal de Direito do Idoso”, para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após apresentação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

§2º A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§3º Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social gerir o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, cabendo a seu titular:

I – solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso;





PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANHOTINHO
TRABALHANDO PARA O POVO

II - submeter ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;

III – assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IV - outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

Art. 4º. O Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante decreto, no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, estabelecerá as normas referentes à organização e operacionalização do Fundo Municipal do Idoso.

Art. 5º. Os recursos provenientes desta Lei serão suportados pelas dotações próprias do Município, e já estão previstos na Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Canhotinho, 11 de dezembro de 2024.

SANDRA REJANE LOPES DE BARROS

Prefeita





DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaramos, sob as penas da Lei, que a Lei Municipal nº 1.774/2024, dispõe sobre a criação do Fundo Municipal do Idoso e dá outras providências, será publicada em 11 de dezembro de 2024, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

Canhotinho, 11 de dezembro de 2024.

SANDRA REJANE LOPES DE BARROS

Prefeita

